

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPOS

LILLIAN DO NASCIMENTO MANHÃES

A MOEDA SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE INCLUSÃO

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
2023

LILLIAN DO NASCIMENTO MANHÃES

A MOEDA SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE INCLUSÃO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vanuza da Silva Pereira Ney

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N244m Nascimento Manhães, Lillian do
A moeda social na economia solidária como forma de
inclusão / Lillian do Nascimento Manhães. - 2023.
33 f.

Orientador: Vanuza da Silva Pereira Ney.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2023.

1. Economia solidária. 2. Banco comunitário. 3. Produção
intelectual. I. Silva Pereira Ney, Vanuza da, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

LILLIAN DO NASCIMENTO MANHÃES

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanuza da Silva Pereira Ney

Aprovada em 14 de Dezembro de 2023.

Banca Avaliadora

Prof^a Dr^a Vanuza da Silva Pereira Ney
UFF

Prof. Dr. Cristiano Souza MarinsUFF

Prof. Dr. Rodrigo Resende RamosUFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
2023

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente à Universidade Federal Fluminense por todo apoio pelas dificuldades enfrentadas durante a minha formação, não foram dias fáceis; à equipe pedagógica, em especial a psicóloga da UFF Campos, Letícia Ferrari, a quem me acompanhou em maioria todo o meu processo de formação. Agradeço à minha orientadora Profa. Vanuza da Silva, sempre muito atenciosa e sempre me deu o suporte necessário para construção desse trabalho, uma profissional ímpar e de excelência.

“A economia consiste em saber como se empregam os recursos que a natureza oferece e as habilidades humanas, para obter-se o máximo de satisfação.” - Alfred Marshall

RESUMO

A economia solidária surgiu na Europa durante o Século XIX, e no Brasil, se trata de um fenômeno mais recente. Sendo que experiências apoiadas em moedas sociais e Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) têm sido criadas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e reduzir a dependência do Estado em seu papel de indutor do desenvolvimento e provedor de infraestruturas sociais. É objetivo da presente pesquisa discutir sobre o caso do Banco Palmas, criado na região do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará, originalmente um bairro-favela formado por aproximadamente 32 mil habitantes, com o propósito de estabelecer uma rede de solidariedade socioeconômica entre produtores e consumidores locais, representando o primeiro banco comunitário do país e pioneiro no estabelecimento de práticas de economia solidária. Foi estabelecido como problema de pesquisa o questionamento: “Quais são os efeitos da moeda social em uma sociedade desigual e capitalista?”. Buscando atender aos objetivos propostos, será realizada uma revisão da literatura exploratória e descritiva sobre o tema da moeda social e economia solidária, apoiada em estudo de caso sobre a experiência pioneira do Banco Palmas. O trabalho investigou a importância da moeda social como forma de inclusão, considerando a falta de acesso a políticas de desenvolvimento que ocorre em muitas comunidades periféricas. Como resultado, identificou-se que experiências como esta representam um incentivo ao empreendedorismo, fortalecimento dos laços sociais e oportunidade de crescimento da economia local, e também uma forma de se resgatar a cidadania de porções da população de uma localidade. Portanto, se trata de uma experiência bem sucedida, que no caso de Palmeiras, continua presente na vida desta comunidade há décadas.

Palavras-Chave: Banco Comunitário; Banco Palma; Economia Solidária; Empreendimentos Econômicos Solidários.

ABSTRACT

The solidarity economy emerged in Europe during the 19th Century, and in Brazil it is a more recent phenomenon. Experiences supported by social currencies and Community Development Banks (CDBs) have been created with the objective of fomenting social development and reducing the dependence on the State in its role as inducer of development and provider of social infrastructure. The objective of this research is to discuss the case of the Banco Palmas, created in the Conjunto Palmeiras region of Fortaleza, Ceará, originally a slum neighborhood of approximately 32 thousand inhabitants, with the purpose of establishing a network of socio-economic solidarity among local producers and consumers, representing the first community bank in the country and a pioneer in the establishment of solidarity economy practices. The research problem was established as a question: "What are the effects of social currency in an unequal and capitalist society? Seeking to meet the proposed objectives, an exploratory and descriptive literature review will be conducted on the theme of social currency and solidarity economy, supported by a case study on the pioneering experience of Banco Palmas. The article investigated the importance of social currency as a form of inclusion, considering the lack of access to development policies that occurs in many peripheral communities. As a result, it was identified that experiences like this represent an incentive to entrepreneurship, strengthening of social ties and an opportunity for growth of the local economy, and also a way to rescue the citizenship of portions of the population of a locality. Therefore, it is a successful experience, which, in the case of Palmeiras, continues to be present in the life of this community for decades.

Keywords: Community bank; Palma bank; Solidary economy; Solidary economic enterprises.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características fundamentais dos conceitos de economia solidária, banco comunitário e microcrédito.....	17
Quadro 2 – Pontos principais que caracterizam o Banco Palmas.....	31
Quadro 3 – Organograma do Banco Palmas em 200.....	23

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Conjunto Palmeiras na Cidade de Fortaleza, Ceará.....	22
Figura 2 – Conjunto Palmeira na Década de 70.....	23
Figura 3 – Moeda Palmas.....	29
Figura 4 – Conjunto Palmeira.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Principais organizações parceiras dos BCDs.....	29
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS.....	16
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	16
1.2 A CRIATIVIDADE COMO ATIVO ECONÔMICO.....	19
CAPÍTULO 2 - A MOEDA SOCIAL PALMAS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

INTRODUÇÃO

A moeda representa uma criação social presente na história humana há muito tempo e na maior parte das sociedades, podendo ou não estar associada a um governo. Acredita-se que a moeda tenha surgido para auxiliar nas trocas de produtos e bens, a partir do momento em que o volume envolvido favoreceu o surgimento de feiras que alcançaram grande importância econômica e social, caracterizando uma estrutura comercial que antecedeu o surgimento do sistema capitalista (Brito; Oliveira, 2019).

Portanto, compreende-se que as moedas sociais representam uma das principais tecnologias sociais desenvolvidas e disseminadas como resultado desta dinâmica das finanças solidárias. Silva (2017) descreve uma moeda social como uma forma de moeda complementar que é criada e administrada pelos próprios usuários, ou seja, inexistente a participação de um órgão regulador centralizado, ao contrário do que ocorre com a moeda nacional oficial, cuja emissão depende de um órgão dedicado a esta iniciativa. O que não impede a existência de bancos voltados para o microcrédito que operam com uma moeda social ou então com a moeda oficial de um país, no caso do Brasil, o Real, organizações geralmente intituladas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's).

De acordo com Leal, Rigo e Andrade (2016), o crédito produtivo em Real se apresenta como a principal linha de crédito na Região Nordeste, em relação a linhas de crédito ofertadas em moeda social, o serviço se direciona ao consumo, a produção ou então à habitação. No caso de uma moeda social, sua circulação é mediada pela confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo cuja adesão é voluntária, o que significa dizer que existe uma dependência em relação a uma convenção social sobre os usos e limites desta moeda social (Silva, 2017).

Assim, o valor desta seja um ponto de discussão que deve ser proposto e acordado entre os atores envolvidos que irão se beneficiar do uso desta moeda. A estipulação de um limite territorial para a circulação e aceitação de uma moeda social também é um ponto importante, para favorecer o aumento de volume de transações econômicas, mas também para evitar o vazamento dos valores para outras regiões fora dos limites estabelecidos (Silva, 2017). Portanto, compreende-se que uma moeda social representa um importante instrumento de fomento a economia solidária. De acordo com Lechat (2007), o termo “economia social” ou “economia solidária” é de difícil definição, pois foi usado porta-vozes de diferentes matizes ideológicos para fazer referência a realidades distintas.

Lechat (2007) descreve a economia social como um fenômeno que é formado por organismos produtores de bens e serviços colocados em condições jurídicas diversas, e que

contam com a participação voluntária de pessoas interessadas, sendo que a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros, considerando que a economia social em tese trabalha em benefício do social e não de entes particulares.

Quanto ao termo “economia solidária”, Lechat (2007) o descreve como conjunto de atividades econômicas cuja lógica difere tanto da manifestada pelo mercado capitalista quanto manifestada pela lógica do estado, uma vez que ao contrário do que ocorre com a economia capitalista, a economia solidária se fundamenta em fatores humanos, objetivando entre outras coisas fortalecer os laços sociais por meio de reciprocidade e formas comunitárias de propriedade.

Compreende-se que a evolução do sistema capitalista contribuiu para que ocorresse um aprofundamento das desigualdades sociais, fenômeno inerente a este sistema. E buscando contornar este problema o governo adotou como uma de suas estratégias intervir na economia por meio de políticas públicas, dentro de um paradigma que visa a construção de um Estado de Bem Estar Social (Brito; Oliveira, 2019).

Entretanto, esta capacidade de intervenção do Estado é limitada ou então por uma série de motivos aquilo que foi projetado não se materializou ou os resultados ficaram aquém do esperado, fazendo com que muitas pessoas não sejam beneficiadas pelos programas governamentais. O que por outro lado, estimula a criação de projetos de economia solidária como forma de promover o desenvolvimento local e maior qualidade de vida, reduzindo a dependência em relação ao Estado (Brito; Oliveira, 2019). Partindo destas considerações, foi estabelecido como problema de pesquisa o seguinte questionamento: “Quais são os efeitos da moeda social em uma sociedade desigual e capitalista?”

O objetivo da presente pesquisa é investigar e analisar os efeitos da moeda social dentro do contexto da economia solidária, como caminho de enfrentamento das desigualdades sociais. O que será feito a partir de revisão de literatura exploratória e descritiva, a apoiada em estudo de caso sobre a experiência do “Banco Palmas”, criado em Fortaleza, Ceará.

Isto passa por revisar conceitos e apresentar uma contextualização histórica da Economia Solidária e identificar suas diferentes manifestações, principalmente no que diz respeito a moeda social. E por fim, complementar a pesquisa realizada como revisão de literatura pela apresentação de uma análise sobre o caso do Banco Palmas, experiência pioneira de moeda social no Brasil, buscando identificar as transformações promovidas por esta proposta. Vale ressaltar, que, atualmente, no Brasil, existem mais de 100 moedas sociais espalhadas pelo país. O caso do Banco Palmas é uma referência, uma espécie de espelho para os casos que a precede. Não possuem reserva de valor como o Real, moeda oficial do Brasil,

mas são como unidades de troca onde permeiam a Economia Solidária.

A Economia Solidária se torna importante para a valorização social e também ambiental, fugindo das ideias capitalistas prevalentes em nossa sociedade. Diferentemente das ideias capitalistas de competição no mercado da economia, na Economia Solidária propõe-se algo democrático e de caráter cooperativista, favorecendo a igualdade social e acima de tudo, a solidariedade, além disso, se visa a distribuição mais justa. Buscando atender aos objetivos propostos, será realizada uma revisão da literatura exploratória e descritiva sobre o tema da moeda social e economia solidária, apoiada em estudo de caso sobre a experiência pioneira do Banco Palmas, criada uma comunidade carente em Fortaleza, Ceará.

Uma metodologia pode ser descrita como um conjunto de parâmetros que são adotados para se viabilizar a realização de uma pesquisa científica de modo organizado e criterioso, permitindo assim a geração de soluções para problemas levantados, cabendo ao pesquisador estabelecer objetivos e a abordagem metodológica mais adequada para se alcançar os resultados esperados (Fonseca; Moraes, 2002). Para Severino (2002) uma metodologia é caracterizada por um conjunto de métodos e caminhos que são trilhados na busca pelo conhecimento, precisando ser definido todo um conjunto de procedimentos sistemáticos para que as soluções sejam encontradas em relação aos problemas propostos, o que evidencia a importância de se ater a um método científico.

A revisão bibliográfica se fundamenta na recuperação de conhecimentos já sistematizados em determinada área (Rodrigues, 2007). O que implica na leitura, análise e descrição de dados presentes em artigos, monografias e livros que tratam do objeto de estudo em questão (Vergara, 2016), publicações que podem ser encontradas em bibliotecas, e repositórios de instituições de ensino e bancos de dados, à exemplo do *SciELO* e *CAPES Periódicos*, possibilitando um estudo mais amplo sobre o tema (Gil, 2008).

A pesquisa também é exploratória ao oferecer uma contribuição para o aprofundamento dos conhecimentos do pesquisador em relação ao objeto de estudo, abrindo caminho para maior esclarecimentos acerca de questões que remetem a este objeto de estudo e também para a identificação de possíveis outras linhas de investigação (Raupp; Beurem, 2003). Quanto ao estudo de caso, se trata de uma abordagem metodológica muito utilizada em pesquisas exploratórias, e que se fundamenta em cinco etapas principais, sendo elas a delimitação da unidade de caso; coleta de dados; seleção de dados; análise e interpretação; e redação do relatório descritivo final (Ventura, 2007).

CAPÍTULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer (2013) em sua obra “Introdução a Economia Solidária” relata que este conceito surgiu como reflexo do capitalismo industrial para fazer frente ao empobrecimento dos artesãos que perderam boa parte de sua renda devido a difusão das máquinas e organização fabril da produção. Considerando que neste período da Revolução Industrial até mesmo as crianças trabalhavam em jornadas de trabalho para além do aceitável, uma vez que não havia limites legais para a exploração do trabalho nas fábricas.

Dentro deste contexto, o empreendedor britânico Robert Owen teve participação fundamental na humanização do trabalho. Proprietário de um grande complexo têxtil, seguiu um caminho contra a corrente limitando a jornada de trabalho e proibindo o emprego de crianças, o que resultou em maior produtividade, fazendo com que os investimentos na construção de escolas e melhoria na qualidade de vida retornasse em maiores lucros. Com a vitória britânica sobre a França na Batalha de Waterloo em 1815, a Grã-Bretanha entrou em um período de depressão econômica, e Robert Owen concluiu de forma correta que isto se deu pelo fim da demanda criada pela guerra (Singer, 2013).

E como forma de contornar esta situação, Owen acreditou que a solução passava por reinserir os trabalhadores ociosos na produção, e ao serem remunerados por isso, estariam injetando recursos no comércio, aquecendo a economia (Singer, 2013). Isto está de acordo com a interpretação de França Filho (2002) no sentido de que todas as experiências de economia social têm origem em uma luta pelo direito ao trabalho.

França Filho (2002) concorda que as noções de economia social e economia solidária são tributárias de uma mesma tradição histórica comum, relacionada com o movimento associativista operário da primeira metade do Século XIX na Europa, por meio do qual foram desenvolvidas diversas experiências solidárias fundamentadas na ajuda mútua (de onde se deriva o termo mutualismo), cooperação e associação. Estas organizações traziam consigo um ideal de transformação social que ao invés de seguir pelo caminho da tomada do poder político por meio do aparato estatal, optou por apostar na multiplicação das experiências e na manifestação de uma hegemonia em relação ao modo de se operar a economia e de se reproduzir as condições de produção.

Silva (2017) descreve a economia solidária como um conjunto de atividades que se apresentam em diversas configurações organizacionais e que oferecem uma contribuição para a democratização econômica por meio do engajamento de grupos de indivíduos e experiências

quer envolvem um amplo espectro de objetivos e aspirações, envolvendo desde a perspectiva de uma alternativa de trabalho com base na auto-gestão, até a construção de novas formas de sociabilidade e vivência compartilhada de valores, caracterizando desta forma um modelo alternativo ao paradigma capitalista.

De modo geral, os princípios básicos de distinção dessas iniciativas, apontados pela maioria dos autores, são: posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação; repartição da receita líquida entre os associados; destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores (Silva, 2017, p. 9).

Brito e Oliveira (2019) acredita que a economia solidária representa a construção de um novo tipo de relacionamento entre a economia e sociedade. E como exemplo neste sentido menciona os Bancos Comunitários, que tem por objetivo melhorar o bem-estar social humano da comunidade na qual foi criado e onde atua, o que é feito por meio do fomento a economia solidária na forma de atividades e serviços financeiros, o que como resultado contribui para dinamizar a economia.

Rigo, França Filho e Leal (2015) concordam que exista uma relação estreita entre desenvolvimento de iniciativas no âmbito das microfinanças e movimentações em um contexto econômico mais amplo, principalmente no caso em que a economia de um país apresenta um quadro positivo, pois neste caso os Bancos Comunitários favorecem o acesso ao crédito por pessoas que não fazem parte do sistema bancário tradicional. Os autores afirmam existir no Brasil ao menos 121 instituições de microfinanças, que juntas movimentam aproximadamente R\$ 140 milhões de reais.

Buscando favorecer a compreensão em torno da proposta do Banco Palmas, foi estabelecido com quadro que apresenta as características fundamentais dos conceitos de economia solidária, banco comunitário e microcrédito (Quadro 1).

Quadro 1 – Características fundamentais dos conceitos de economia solidária, banco comunitário e microcrédito

Economia Solidária	
Atividades econômicas geridas democraticamente	A economia solidária envolve atividades econômicas em que as decisões são tomadas de forma democrática, com a participação dos envolvidos na gestão e operação.
Prevalência dos interesses humanos sobre os interesses materiais econômicos	A principal ênfase da economia solidária está em atender às necessidades e desejos humanos, colocando-os acima do lucro material e dos interesses econômicos.
Democracia participativa e autogestão	A gestão das atividades econômicas na economia solidária é caracterizada pela democracia participativa, em que todos os envolvidos têm voz nas decisões, e pela autogestão, em que os trabalhadores

	participam ativamente na administração de suas atividades.
Emancipação e bem-estar individual, comunitário, social e ambiental	A economia solidária busca não apenas atender às necessidades materiais, mas também promover a emancipação das pessoas e o bem-estar em níveis individual, comunitário, social e ambiental.
Responsabilidade compartilhada e diretamente democrática	Em contraste com estruturas centralizadas de controle, a economia solidária promove a responsabilidade compartilhada entre os participantes e a tomada de decisões diretamente democrática.
Banco Comunitário	
Hibridação de fontes de financiamento	Os bancos comunitários se destacam por combinar diferentes fontes de financiamento, incluindo moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados e outras formas de apoio financeiro
Construção conjunta de oferta e demanda	Os bancos comunitários se destacam por combinar diferentes fontes de financiamento, incluindo moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados e outras formas de apoio financeiro
Operação local	Os bancos comunitários geralmente operam em nível local, concentrando-se em atender às necessidades financeiras da população local e impulsionando a economia da região.
Fornecimento de microcrédito	Uma de suas principais funções é assegurar o acesso a microcrédito para pequenos empreendedores e trabalhadores independentes, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.
Combate às causas estruturais da desigualdade	Os bancos comunitários têm uma abordagem política, visando abordar as causas profundas da desigualdade econômica e social e promover a solidariedade.
Lógica do bem comum	A produção de bens e serviços nos bancos comunitários não é orientada pelo lucro, mas sim pela adequação ao bem comum e à solidariedade democrática.
Uso de moeda social	Os bancos comunitários frequentemente utilizam sistemas de moeda social, o que pode melhorar a eficácia das políticas de depósitos compulsórios diferenciados, contribuindo para uma distribuição mais equitativa do crédito dentro do sistema financeiro e reduzindo os custos de crédito para pequenos empreendedores locais.
Microcrédito	
Fundamentos solidários	O microcrédito é baseado em fundamentos solidários, onde o objetivo principal não é a maximização do lucro do banco ou instituição financeira, mas sim o impulsionamento de atividades econômicas e o desenvolvimento comunitário
Foco na simplicidade e acessibilidade	O sucesso do microcrédito se deve, em parte, à sua simplicidade e à oferta de uma solução financeira acessível para grupos desfavorecidos, que muitas vezes são excluídos do sistema financeiro tradicional
Empréstimos de pequeno valor	O microcrédito envolve a concessão de empréstimos de pequeno valor, geralmente destinados a grupos ou indivíduos que não têm acesso fácil ao sistema financeiro convencional.
Promoção do autoemprego	Um dos principais objetivos do microcrédito é promover o autoemprego, permitindo que os beneficiários utilizem os fundos para iniciar ou expandir pequenos negócios.

Desenvolvimento comunitário	Além de promover o autoemprego, o microcrédito busca contribuir para o desenvolvimento comunitário, incentivando a formação de cooperativas e pequenos negócios locais.
Luta contra a pobreza	O microcrédito é concebido como uma ferramenta na luta contra a pobreza, oferecendo uma solução para grupos desfavorecidos que enfrentam condições de pobreza e desemprego.
Experiência pioneira de Muhammad Yunus	Muhammad Yunus, economista e laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006, é reconhecido como um pioneiro na concessão de microcrédito e no empreendedorismo como meio de redução da miséria. Ele fundou o Banco Grameen em Bangladesh, que simplificou o processo de concessão de pequenos empréstimos, inicialmente sem as requisições e garantias convencionais exigidas pelos bancos tradicionais.

Fonte: Mostagi *et al* (2019)

A Economia Solidária se caracteriza como um sistema socioeconômico fundamentado na democracia participativa e na autogestão, priorizando valores de cooperação e solidariedade sobre interesses materiais e econômicos. Busca a emancipação individual e coletiva, promovendo culturas de cooperação, diversidade local e responsabilidade compartilhada, enquanto se compromete com a justiça social, econômica e ambiental (Mostagi *et al*, 2019).

Os Bancos Comunitários, por sua vez, são empreendimentos locais que combinam diversas fontes de financiamento, como moeda social e crédito subsidiado, para atender às necessidades da comunidade. Eles apresentam como característica uma abordagem política, combatendo as causas estruturais da desigualdade e promovendo o desenvolvimento por meio de redes locais de produção e consumo (Mostagi *et al*, 2019).

Por fim, o Microcrédito tem como proposta ofertar à população alvo empréstimos de pequeno valor com base em fundamentos solidários, visando ao impulsionamento de atividades econômicas e ao desenvolvimento comunitário. O que faz com que seja descrito como uma ferramenta na luta contra a pobreza, promovendo o autoemprego, sendo um exemplo claro disso a experiência do Banco Grameen promovida por Muhammad Yunus (Mostagi *et al*, 2019).

1.2 A CRIATIVIDADE COMO ATIVO ECONÔMICO

Desde tempos imemoriais, a humanidade tem explorado sua aptidão inventiva: desde os avanços na comunicação, nas artes, na espiritualidade, até o surgimento das tecnologias mais rudimentares. Na Grécia Antiga, a inventividade percorreu um trajeto histórico, inicialmente percebida como uma dádiva divina, reservada a poucos abençoados, evoluindo depois para uma abordagem cada vez mais lógica e científica (Nanni; Santos, 2018).

A partir do Renascimento, o conceito passou a adotar uma conotação científica. Na virada dos séculos XIX para XX, a capacidade inventiva começou a ser associada à ideia de inteligência, no entanto, apenas na metade do século XX começou a ser objeto de investigação. Por meio de estudos aprofundados, foram desenvolvidos métodos de avaliação da inventividade humana, e esta passou a ser compreendida como o resultado da interação

entre processos cognitivos, traços de personalidade, fatores contextuais e elementos subconscientes (Nanni; Santos, 2018).

Esse entendimento enfatiza a habilidade de resolver problemas, o desempenho eficiente no âmbito profissional e a saúde mental, tornando-a um atributo valorizado e essencial em diversas situações, incluindo ambientes educacionais e empresariais (Nanni; Santos, 2018). Richard Florida (2002) argumenta que a inventividade representa um recurso econômico de grande relevância, considerando que ela é capaz de distinguir o ser humano de outras espécies, sendo um elemento fundamental na geração de riqueza.

O fato de os seres humanos se destacarem pela capacidade de gerar ideias, para além da produção de bens físicos, se deve ao fato de que, enquanto outras criaturas podem criar produtos ao rearranjar objetos físicos, os humanos são naturalmente experimentadores e solucionadores de problemas (Florida, 2002).

Atualmente, as sociedades estão integrando as atividades criativas de maneira abrangente, construindo uma infraestrutura econômica em torno delas. Além disso, as atividades científicas e artísticas se tornaram indústrias por si só e, ao se combinar de novas formas, têm dado origem a indústrias ainda mais inovadoras (Florida, 2002). Isso justifica o fato de que a convergência da inovação tecnológica e do trabalho com conteúdo criativo se tornou um elemento crucial para o crescimento econômico.

A concepção da criatividade como um recurso econômico teve seu início na Austrália nos anos 90 e, por volta de 1997, o Reino Unido adotou essa perspectiva como parte de sua estratégia de desenvolvimento, sendo posteriormente adotada por outras nações. Isso despertou o interesse em várias sociedades, levando à implementação de políticas públicas direcionadas a esses setores (Almeida; Santos Reis; Silva, 2021). A inventividade é um recurso intrínseco à formação, à cultura e às origens individuais. Essas características únicas são o que conferem a um bem ou serviço criativo um valor econômico considerável. A conexão entre o aspecto simbólico (pensamento criativo) e o aspecto concreto (bens e serviços) é o que torna essa criatividade um impulsionador de valor econômico. Essa transformação constitui o núcleo do interesse da economia criativa (Fernandes; Felipe, 2018).

A criatividade é um processo enigmático no qual a fusão de informações, percepções e

elementos gera resultados inéditos e valiosos. Por outro lado, inovar envolve a criação de algo novo, a descoberta de novos métodos ou a renovação. A criatividade atua como a ligação para a inovação, pois, sem a capacidade de criação, a inovação se torna impraticável (Nanni; Santos, 2018). Portanto, como argumentado por Nanni e Santos (2018), a importância da inovação na economia é de extrema relevância, uma vez que os ciclos de desenvolvimento no sistema capitalista são moldados pela combinação de inovações. Essas inovações podem criar setores econômicos líderes ou estabelecer novos paradigmas, impulsionando assim o crescimento do setor.

As mudanças no mercado de produção nos últimos anos, impulsionadas por diversas evoluções tecnológicas e combinadas com as habilidades criativas das pessoas, deram origem a novos modelos de negócios e economias centradas em ativos intangíveis, exemplificadas pela economia criativa. De acordo com De Almeida, Dos Santos Reis e Da Silva Lima (2021), a economia criativa é caracterizada por todas as atividades que emanam do intelecto, são intangíveis, mas, quando transformadas em produtos e serviços, geram renda e retorno financeiro para seus criadores.

CAPÍTULO 2 - A MOEDA SOCIAL PALMAS

Este capítulo aborda a experiência do Banco Palmas, criado na região do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará, conforme a Figura 1, originalmente um bairro-favela formado por aproximadamente 32 mil habitantes, em sua maioria analfabeta e dependente da economia informal. Desde a década de 1970 a comunidade foi se organizando em busca de melhorias estruturais no bairro, levando à criação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP), no ano de 1981 (Brito; Oliveira, 2019) (Silva, 2017).

Figura 1 – Localização do Conjunto Palmeiras na Cidade de Fortaleza, Ceará



Fonte: Costa (2013).

O bairro de Palmeira, localizado na região Sul de Fortaleza, é uma localidade que possui uma história marcada por mudanças e desafios ao longo dos anos. Antes de se tornar o Conjunto Palmeiras, fazia parte do território administrativo de Jangurussu. Sua origem remonta a 1973, quando os primeiros habitantes chegaram à área, vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade. Este processo de assentamento resultou principalmente do remanejamento de populações que viviam em áreas de risco, sendo retiradas, em sua maioria, da favela Lagamar, situada no centro da cidade às margens do rio Cocó (Costa, 2013).

Ao todo, aproximadamente 1.500 famílias faveladas foram removidas para o loteamento criado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF). Essas famílias vinham não apenas do Lagamar, mas também de outras áreas da cidade, como Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. Na época, a região carecia de infraestrutura básica, como saneamento, água tratada, energia elétrica, escolas e outros serviços públicos, o que resultou na formação de uma grande

favela (Figura 2) (Costa, 2013).

Figura 2 – Conjunto Palmeira na Década de 70



Fonte: Cernev e Diniz (2020).

No ano de 1997 foi realizado no bairro um seminário intitulado “Habitando o Inabitável”, que contou com a participação de representantes de pastorais sociais, igrejas, associações, escolas, rádio e jornal comunitário, bem como grupos de jovens e mulheres e grupos culturais, entre outros, com o propósito de se encontrar meios de promover o desenvolvimento local, ficando clara a necessidade de se estabelecer um projeto capaz de gerar trabalho e favorecesse uma vida digna no bairro (Silva, 2017).

E uma das iniciativas desenvolvidas por esta associação foi o Banco Palmas em 1998, objetivando a criação de uma rede de solidariedade socioeconômica entre produtores e consumidores locais. Brito e Oliveira (2019) descrevem este banco como o primeiro banco comunitário do país, sendo pioneiro na introdução de práticas de economia solidária, antes

mesmo de ter sido criado o primeiro ordenamento jurídico versando sobre a questão, o que tornou esta bem sucedida experiência conhecida dentro e fora do Brasil (Silva, 2017).

De acordo com Silva (2017) a opção pelo nome “Banco Palmas” se deu com a intenção de fortalecer a identidade do projeto junto ao bairro onde foi criado, e com o tempo foi sendo formada uma grande rede de parcerias que contribuíram para que a ideia permanecesse viva, e também a proposta foi conquistando a adesão e a confiança da população do Conjunto Palmeiras.

O Banco Palmas, como descrito por Rodrigues (2016), enfrentou uma série de desafios em seus primeiros anos de existência. Um dos principais desafios foi a falta de expertise em gestão bancária por parte dos membros da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), uma vez que não haviam economistas, administradores ou técnicos com conhecimento específico entre os integrantes para gerenciar uma instituição financeira (Quadro 2). Além disso, o Banco Palmas carecia do acúmulo de recursos físicos e simbólicos necessários para operar eficazmente.

Quadro 2 – Organograma do Banco Palmas em 2003

Função	Formação/ relação com a comunidade	Horas trabalhadas por semana	Relação de trabalho
1 coordenador geral	Teólogo, líder comunitário	20h	Voluntário
1 coordenador de projetos	Assistente Social, técnico externo	12h	Recebe uma ajuda de custo
1 analista de crédito	Ensino fundamental, líder comunitária	40h	Bolsista
1 caixa	Nível médio, líder comunitária	40h	Bolsista
1 responsável pelo balcão de emprego	Universitária, técnica externa	20h	Estagiário
1 responsável pelo setor de cobrança	Nível médio, Moradora do bairro	20h	Bolsista
1 apoio administrativo	Nível fundamental, moradora do bairro	40h	Bolsista
01 assessora de segurança alimentar	Economista doméstica, técnica externo	12h	Recebe uma ajuda de custo
01 técnico agrícola	Nível médio, Técnico externo	12h	Recebe uma ajuda de custo

Fonte: Melo (2003).

Outro desafio significativo identificado por Rodrigues (2016) foi a ausência de parcerias com instituições governamentais nos primeiros anos, sendo que até mesmo a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) só reconheceu o Banco Palmas como um expoente da economia solidária em 2005, o que deixa claro a falta de apoio institucional por parte do

governo, justificando a característica do Banco em relação a gestão de recursos e critérios de seleção de crédito informais em comparação com os padrões atuais (Rodrigues, 2016).

Originalmente a ideia era estimular a produção local pela criação de uma linha de financiamento, na forma de microcrédito produtivo, e uma linha dedicada a estimular o consumo por meio de um cartão de crédito próprio, o PalmaCard, que poderia ser obtido sem a necessidade de enfrentar os trâmites burocráticos das agências financeiras convencionais, contribuindo desta forma para fomentar o surgimento de uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores, e também para estimular a geração de trabalho e renda, pelo surgimento de circuitos de intercâmbio a fim de se promover a superação da dicotomia entre produção e consumo (Silva, 2017).

O Banco Palmas atua no sentido de conceder microcréditos para a produção e consumo local a juros muito reduzidos e sem a necessidade de consulta cadastral, comprovação de renda ou fiador. Bastando apenas a visita de um analista de crédito à família solicitando recursos e uma conversa junto aos vizinhos, com o objetivo de serem colhidos depoimentos que fundamentem e justifiquem os recursos pleiteados, tornando-os parte de uma rede de solidariedade (Brito; Oliveira, 2019).

Mostagi *et al* (2019) descrevem o Banco Palmas é uma instituição financeira comunitária que atua no Conjunto Palmeiras em quatro áreas-chave da economia local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo, oferecendo produtos e serviços que incluem microcrédito, Palmascard (um cartão de crédito local), linhas de crédito específicas para mulheres empreendedoras e pequenas reformas de moradias. A proposta foi desenvolvida de tal forma que os próprios membros da comunidade atestam a confiabilidade dos tomadores de empréstimos.

O projeto do PalmasCard objetivava estabelecer um meio de se antecipar o consumo dos moradores, por intermédio de um sistema de crédito local que só seria aceito no bairro. Originalmente o “cartão” era feito com auxílio do software *microsoft word oflce*, possuindo frente e verso, sendo que na frente era registrado o nome do usuário, número do cartão e o limite de crédito, enquanto que no verso havia espaço para anotações diversas sobre os gastos realizados (Rodrigues, 2016).

De acordo com Rodrigues (2016) uma das características mais marcantes do Banco Palmas é o aval de vizinhança para a concessão de crédito. Isso significava que antes de um morador do bairro ter acesso a crédito, uma consulta era feita aos seus vizinhos para avaliar se a pessoa era honesta. Além disso, por intermédio deste "aval de vizinhança" seria transferida a responsabilidade ética para a própria comunidade em relação ao tomador do empréstimo,

contribuindo assim para promover a confiança entre os membros da comunidade e reforçar os laços sociais.

O Banco Palmas promove justiça social nas taxas de juros, com taxas variando de acordo com o valor emprestado. A moeda social Palma, exclusiva do Banco Palmas, desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local, tendo por característica o fato de ser lastreada em reais, permitindo a troca por moeda oficial. No entanto, Mostagi *et al* (2019) esclarecem que a sua circulação se restringe ao Conjunto Palmeiras, objetivando em primeiro lugar incentivar o consumo local e fortalecer a economia da comunidade.

Além disso, o Banco Palmas adota uma abordagem estratégica para seus empréstimos visando estimular a produção e o consumo local, na forma de um levantamento socioeconômico intitulado "Mapa de Produção e Consumo" que com base no cenário correntedo Conjunto Palmeira, auxilia o Banco Palmas a orientar suas decisões de concessão de crédito e também evita a concorrência entre empreendedores do mesmo segmento e incentivava a formação de cadeias produtivas locais (Rodrigues, 2016).

É realizado em 1997 o primeiro Mapa de Consumo do Conjunto Palmeira, que evidenciou duas informações importantes: mais de 1,2 milhão de reais por mês eram consumidos na comunidade, porém apenas 20% circulava dentro do bairro, sendo os demais 80% gastos em compras em outras localidades. Joaquim relembra que, “dividido pelos 25 mil moradores da época, tal valor seria pouco individualmente, contudo, no coletivo, era um valioso poder econômico”. Naquele momento os moradores entenderam um dos principais fatores do empobrecimento local: o baixo consumo na comunidade acarretava esvaziamento de suas poupanças e, conseqüentemente, da sua capacidade de gerar trabalho e renda (Cernev; Diniz, 2020, p. 488).

A política de juros do Banco Palmas é um ponto importante, ao ter como característica sempre oferecer taxas abaixo das praticadas pelo mercado. Além disso, os juros são escalonados, pois aumentam com o valor do empréstimo, o que incentiva empréstimos menores e o crescimento sustentável dos negócios locais (Rodrigues, 2016). De acordo com Mostagi *et al* (2019), a adesão dos comerciantes à moeda é voluntária, embora muitos ofereçam descontos para quem a utiliza. Além disso, a moeda Palma oferece segurança por meio de elementos como código de barras, infravermelho e papel moeda.

Em 2002, o Banco Palmas recebeu uma doação de R\$ 51 mil, recurso que foi utilizado na construção de um prédio que passou a abrigar a Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária do Banco Palmas (PalmaTech), objetivando o desenvolvimento de cursos e programas de formação em economia solidária junto aos jovens e adultos da comunidade (Silva, 2017).

Neste contexto foi criada a moeda social intitulada Palmas (\$), e proposta uma

mobilização para que os comerciantes do Conjunto Palmeiras aceitasse esta moeda em transações comerciais, sendo oferecidos descontos no preço das mercadorias a fim de estimular o seu uso (Silva, 2017).

A moeda Palmas, de acordo com Rodrigues (2016), possui características e operacionalidade específicas que a tornam mais uma ferramenta para materialização da economia solidária promovida pelo Banco Palmas. A partir de 2005, com o reconhecimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Banco Palmas entre outras iniciativas semelhantes passaram a ser reconhecidos como uma manifestação específica da economia solidária, com foco nas finanças solidárias.

Ferreira (2014) argumenta que iniciativas como o Banco Palmas representam uma forma de superação de problemas no âmbito da ação coletiva, pois elas se encaixam na ideia de criar arranjos institucionais que promovem a cooperação entre os membros de uma comunidade para alcançar objetivos comuns e superar desafios coletivos. A autora destaca que a cooperação é fundamental para lidar com problemas de ação coletiva, nos quais indivíduos têm incentivos para agir de maneira egoísta, muitas vezes em detrimento do bem-estar da comunidade.

Neste sentido, Ferreira (2014) correlaciona os problemas de ação coletiva à exploração sustentável de recursos hídricos escassos a longo prazo, pois segundo a mesma lógica, a criação de um banco comunitário pode ser vista como um processo no qual a comunidade se apropria coletivamente dos recursos financeiros disponíveis no bairro e reorganiza sua estrutura institucional para criar incentivos que estimulem as pessoas a agir de maneira a beneficiar a coletividade.

A instituição do Banco Palmas, nesse contexto, representa uma nova forma de arranjo institucional que visa promover o desenvolvimento socioeconômico do bairro. Ela é caracterizada por regras específicas de funcionamento que incentivam a cooperação e a utilização eficiente dos recursos financeiros. Neste sentido, a metáfora do "balde furado" usada pelo coordenador do Banco Palmas ilustra a ideia de que, antes da criação do banco comunitário, os recursos financeiros do bairro eram desperdiçados, e o objetivo do banco é atuar como uma "rolha do balde", impedindo que o dinheiro saia de forma descontrolada e promovendo a retenção de recursos na comunidade para benefício coletivo (Ferreira, 2014).

Leal, Cavalcante e Coelho (2020) exploram a relação entre as dimensões da cidadania e da utilidade social. Em ambos os autores, há uma distinção entre as dimensões sociopolítica, sociocultural e ambiental, que estão relacionadas à cidadania e à utilidade social. No entanto, enquanto Ferreira (2014) se concentra em destacar como iniciativas como o Banco Palmas representam uma forma de superar problemas de ação coletiva por meio da cooperação e da

criação de arranjos institucionais, enquanto Leal, Cavalcante e Coelho (2020) exploram a relação entre essas dimensões e as dimensões da cidadania.

Na interpretação de Leal, Cavalcante e Coelho (2020), a dimensão sociopolítica está associada à melhoria no acesso aos serviços públicos e ao olhar sobre a coletividade. Isso se relaciona com a dimensão política da cidadania, que envolve a participação política, a associação e a liberdade política dos cidadãos. Portanto, compreende-se que embora haja uma diferença de foco, ambas as dimensões estão preocupadas com a coletividade e com o papel ativo dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A dimensão sociocultural, de acordo com Leal, Cavalcante e Coelho (2020), envolve questões de equidade territorial, corresponsabilidade e ética dos indivíduos para a sociedade e o território. Isso se conecta com a dimensão ambiental da cidadania, que trata de tolerância e equidade relacionadas às distinções de gênero, raça, idade e religião. Também há uma conexão com a dimensão civil da cidadania no que diz respeito ao direito à justiça e à formação de associações.

Portanto, as argumentações de Ferreira (2014) e Leal, Cavalcante e Coelho (2020) convergem pela ênfase na importância de considerar as dimensões sociocultural e ambiental da cidadania de forma mais explícita. Enquanto a cidadania muitas vezes é vista principalmente em termos de participação política e direitos civis, também é importante ressaltar a necessidade de incorporar questões de igualdade, diversidade, memória cultural e ética na compreensão da cidadania e da utilidade social.

Uma das características fundamentais da moeda Palmas é que ela é lastreada ao real brasileiro, o que significa dizer que o valor de 1 Palma é equiparável ao valor de 1 real, portanto, compreende-se que este lastro garante a estabilidade e a confiança na moeda local, tornando-a aceitável e equivalente à moeda oficial brasileira. Rodrigues (2016) explica a operacionalidade da moeda Palmas da seguinte forma: Qualquer pessoa que vive no Conjunto Palmeiras ao Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) e trocar seus reais pela moeda social, abrindo caminho para o consumo de serviços ou adquirir mercadorias de empreendedores locais que estabeleceram parceria com o banco.

O dinheiro local Palmas foi lançado em 2000, em papel-moeda, com paridade de um para um em relação à moeda nacional Real. Baseada nas conclusões do mapa de consumo, a ideia era reduzir o volume financeiro gasto em outras localidades, buscando concentrar as compras dentro do Conjunto Palmeira. Ou seja, manter a riqueza coletiva no próprio bairro. Para tanto, era necessário superar alguns desafios, tais como a adoção da nova moeda pelos moradores, sua circulação e uso efetivo, e o investimento na produção para consumo local (Cernev; Diniz, 2020, p. 489).

Da sua parte os empreendedores oferecem descontos pré-determinados para os clientes que utilizam a moeda social, o que, em teoria, aumenta sua clientela. Rodrigues (2016) ressalta que a moeda social só pode ser utilizada na área de abrangência do BCD, objetivando estimular o consumo local e fortalecer a economia da comunidade. A ideia por trás dessa abordagem é incentivar a circulação da moeda social dentro da comunidade, promovendo a sustentabilidade econômica local e reduzindo a dependência de recursos externos. A Figura 3 ilustra a moeda Palmas.

Figura 3 – Moeda Palmas



Fonte: Cernev e Diniz (2020)

No ano de 2003 foi criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, e fortalecida a rede de parcerias com a participação de instituições públicas e privadas, e passando a contar com o envolvimento de outras Entidades de Apoio e Fomento (EAF) que reconhecem a importância da criação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Tomando como ponto de partida o exemplo bem sucedido do Banco Palmas, foram sendo criadas novas iniciativas similares em outros estados (Rigo; França Filho; Leal, 2015). A Tabela 1 ilustra as principais organizações parceiras dos BCD's atuantes no Brasil atualmente.

Tabela 1– Principais organizações parceiras dos BCDs

Organizações/Instituições	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	%	
Sindicatos	8	9,0	30,8
Instituição religiosa	7	7,9	26,9
Associação de bairro	16	18,0	61,5
Associação de classe	2	2,2	7,7
ONGs	9	10,1	34,6
Movimento Social (MST, MSTs etc.)	4	4,5	15,4

Empresas (média e grande)	4	4,5	15,4
Empresas (micro e pequena)	9	10,1	34,6
Órgão público (prefeitura, secretarias etc.)	16	18,0	61,5
Grupos culturais	4	4,5	15,4
Empreendimentos de economia solidária	6	6,7	23,1
Outros	4	4,5	15,4
Total	89	100,0	342,3

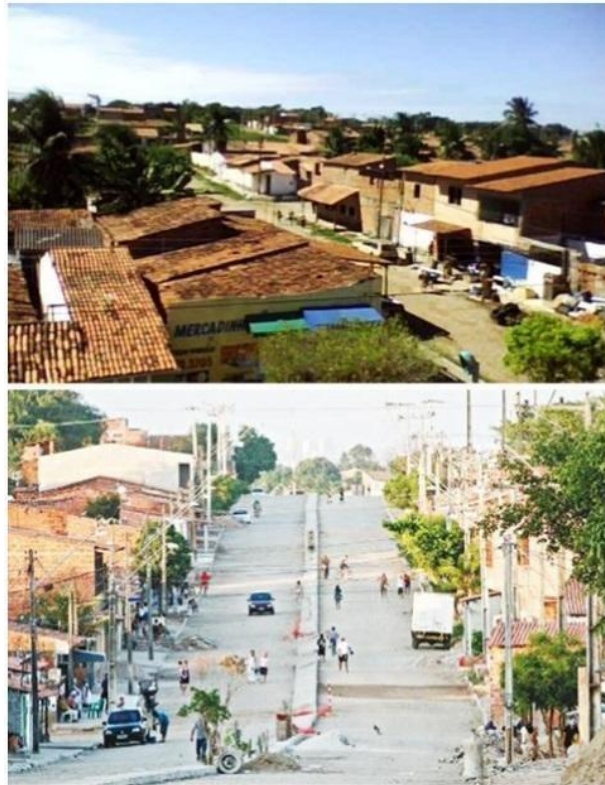
Fonte: Leal, Rigo e Andrade (2016)

Rigo, França Filho e Leal (2015) contabilizam a existência de 103 Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, dos quais 52 estão localizados na Região Nordeste (37 no Ceará e 8 na Bahia), 16 na Região Norte, 6 na Região Centro-Oeste, 25 na Região Sudeste e 1 no Distrito Federal. Muitos destes BCD's foram surgindo com o apoio do Instituto Banco Palmas por meio do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários.

As formas de criação e de apoio aos BCDs destas entidades variam conforme a expertise de cada uma e das especificidades da região ou território. Desse modo, muitos arranjos institucionais podem ser feitos, mas alguns aspectos são comuns e são compartilhados em termos metodológicos pelas entidades envolvidas. A principal delas diz respeito à identificação de uma demanda concreta do território, que se manifesta coletivamente e que indica certa mobilização endógena em torno da proposta. Este aspecto é fundamental, tendo em vista que é a própria comunidade organizada que faz a gestão das atividades do BCD e dos recursos envolvidos (Rigo; França Filho; Leal, 2015, p. 86).

De acordo com Leal, Rigo e Andrade (2016), na maioria das regiões onde se estabeleceram novos Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Região Nordeste, a pobreza é uma constante, 46,6% destes projetos se estabeleceram em pequenos e médios municípios, cuja população fica entre 10mil e 30mil habitantes. 26,9% estão presentes em bairros periféricos de grandes cidades e alguns projetos foram estabelecidos em comunidades tradicionais de populações quilombolas e de pescadores. O Conjunto Palmeiras, mesmo após deixar de ser uma favela, ainda manteve essa denominação devido à sua localização afastada do centro da cidade. Em 2006, finalmente conquistou o status de bairro, graças a importantes melhorias em sua infraestrutura e qualidade de vida dos moradores (Figura 4).

Figura 4 – Conjunto Palmeira



Fonte: Cernev e Diniz (2020).

Essas conquistas incluíram avanços nos sistemas de transporte, eletricidade, saneamento básico e educação. João Joaquim de Melo (2008) apresenta alguns marcos alcançados pelo Banco Palmas: 98% dos entrevistados consideram que o Banco Palmas contribuiu para o desenvolvimento do conjunto Palmeira; 90% declararam que o Banco Palmas contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida; 26% aumentaram a renda familiar devido à ação do Banco Palmas; 20,2 conseguiram trabalho por meio do Banco Palmas; 61% atribuíram nota de 9 a 10 para o Banco Palmas.

Quadro 3 – Pontos principais que caracterizam o Banco Palmas

Produtos e serviços	
Microcrédito	O banco oferece microcrédito para pessoas que não podem acessar as fontes de financiamento oficial devido a burocracia, exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias. Esses créditos não exigem documentos nem garantias, e os próprios vizinhos e moradores do bairro fornecem informações sobre o tomador do crédito. A taxa de juros varia de 1% a 3%, dependendo do valor emprestado.
Palmacard	O banco oferece um cartão de crédito chamado Palmacard, válido apenas para compras no bairro. Cada cartão de crédito tem um valor inicial de R\$ 20,00 e pode chegar ao máximo de R\$ 100. Não há pagamento de nenhuma taxa para ter o cartão.

Linha de crédito para pequenas reformas de moradia	, com o objetivo de melhorar as condições de produção. Os beneficiários fazem um orçamento no depósito de construção do bairro e recebem a autorização do banco para receber o material. O pagamento pode ser feito em seis vezes com juros de 1,5% ao mês.
Linha de crédito específica	para atendimento das mulheres empreendedoras do bairro, dando prioridade às que se encontram em situação de risco pessoal e social.
Moeda Social Palma	
Lastreada em reais	A quantidade de moeda social emitida corresponde à quantidade de reais guardada no Banco.
Permite câmbio	Qualquer comerciante pode trocar as Palmas por reais no Banco.
Circulação local	A moeda social funciona apenas na localidade do Conjunto Palmeiras, estimulando o consumo local.
Adesão à rede local	Os comerciantes não são obrigados a aceitar a moeda social, mas muitos oferecem descontos para quem a utiliza.
Elementos de segurança	A moeda social possui elementos como código de barras, infravermelho, número em série e papel moeda para garantir sua autenticidade.

Fonte: Mostagi *et al* (2019).

Com isso, o Conjunto Palmeiras é conhecido nacionalmente pelos méritos de seus habitantes, que se uniram para lutar por melhorias urbanísticas e qualidade de vida na região (Costa, 2013). A tabela 2 apresentou alguns pontos principais que caracterizam o Banco Palmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho investigou a importância da moeda social como forma de inclusão, considerando a falta de acesso a políticas de desenvolvimento que ocorre em muitas comunidades periféricas. Como resultado, identificou-se que experiências como esta representam um incentivo ao empreendedorismo, fortalecimento dos laços sociais e oportunidade de crescimento da economia local, e também uma forma de se resgatar cidadania de porções da população de uma localidade.

O Banco Palmas representa uma iniciativa pioneira na promoção da economia solidária e do desenvolvimento local, portanto, é evidente que a sua história representa um testemunho inspirador de como uma comunidade pode se unir para superar desafios e transformar sua realidade socioeconômica por meio da cooperação e da criação de arranjos institucionais inovadores. Ao longo desta monografia, analisamos os desafios enfrentados pelo Banco Palmas em seus primeiros anos, desde a falta de expertise em gestão bancária até a ausência de parcerias com instituições governamentais. No entanto, esses obstáculos não impediram a comunidade de criar uma instituição que se tornaria um exemplo de sucesso na promoção da economia solidária.

Um dos aspectos mais marcantes do Banco Palmas é a criação da moeda social Palmas, lastreada ao real brasileiro, iniciativa que se tornou um instrumento poderoso para promover o comércio local e fortalecer os laços econômicos na comunidade, tendo como característica fundamental o sistema de "aval de vizinhança" utilizado pelo banco, que tem como objetivo secundário reforçar a confiança entre os membros da comunidade e promover a responsabilidade ética.

A experiência do Banco Palmas permite estabelecer uma convergência no reconhecimento da importância das dimensões sociocultural e ambiental na promoção da cidadania e da utilidade social, bem como reconhecer a importância de se adotar uma abordagem mais abrangente da cidadania, que leve em consideração não apenas os direitos políticos e civis, mas também as dimensões culturais, sociais e ambientais da participação cidadã e do engajamento na comunidade.

Diante disso, o Banco Palmas pode ser descrito como um exemplo inspirador de como a cooperação, a inovação institucional e a promoção do desenvolvimento local podem superar desafios de ação coletiva e melhorar a qualidade de vida de uma comunidade. Sua história nos ensina lições valiosas sobre o poder da organização comunitária, da confiança mútua e do compromisso com o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Eliana Silva; DOS SANTOS REIS, Danisson Luiz; DA SILVA LIMA, Débora Cristina. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ECONOMIA CRIATIVA: Um estudo sobre impactos nos empreendimentos criativos durante a pandemia do COVID-19. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, v. 10, n. 27, p. 157-178, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/265007.10.27-6>. Acesso em: 12 de out. 2023.
- BRITO, Elohá Cabreira; OLIVEIRA, Carolina Masiero. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: A experiência pioneira do Banco de Palmas. **Orbis Latina**, v. 9, n. 2, p. 23-36, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>. Acesso em: 15 de nov. 2023.
- CARVALHO, D. S. S. **Banco Palmas: uma abordagem sociológica de sua instituição e seus critérios de liberação de crédito**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6895>. Acesso em: 20 de nov. 2023.
- CERNEV, Adrian Kemmer; DINIZ, Eduardo Henrique. Palmas para o E-Dinheiro! A evolução digital de uma moeda social local. **Revista De Administração Contemporânea**, v. 24, p. 487-506, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390>. Acesso: em 20 de nov. 2023
- COSTA, Tonny Robert Martins da. **A sustentabilidade no Conjunto Palmeiras Fortaleza CE: como manter ou reter a riqueza no local de sua geração**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3495>. Acesso em: 08 de out. 2023.
- FERNANDES, Fabio Frá; FELIPPE, Alessandro Mateus. Comunicação e indústria criativa: o PPGCIC como um ambiente para a economia criativa. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão**, Ibirama, v. 7, n. 13, p. 20–29, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/14260>. Acesso em: 23 de nov. 2023.
- FERREIRA, Vivian Maria Pereira. **Economia Solidária, microfinanças e pluralismo jurídico: Um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. 2014. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/11741>. Acesso em: 20 de nov. 2023.
- FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**. New York: Basic books, 2002.
- FONSECA, J. J. S. MORAES, A.M. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador-BA, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25741>. Acesso em: Acesso em: 18 de nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

LEAL, Mariane Goretti de Sá Bezerra; CAVALCANTE, Carlos Eduardo; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima. Bancos comunitários de desenvolvimento e cidadania: reflexões teóricas. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 3, p. 132-149, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i3.4124>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

LEAL, Leonardo Prates; RIGO, Ariadne Scalfoni; ANDRADE, Richard Nogueira. **Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento**: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6666>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 123–140, 2007. DOI: 10.15448/1984-7289.2002.1.91. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/91>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

MELO, João Joaquim de. Banco Palmas. **Uma prática de socioeconomia solidária**. Agora XXI / Banco Palmas Quito.- Programa de Gestão Urbana - UN/HABITAT. Maio 2003 39p.

MELO, João Joaquim de. Banco Palmas... um caminho. **Boletim responsabilidade social e ambiental do Sistema Financeiro**, n.29, 2008.

MOSTAGI, Nicole Cerci et al. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 111-124, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1653>. Acesso em: 19 de nov. 2023.

NANNI, H. C.; SANTOS, L. A. Economia criativa como estratégia no desenvolvimento de negócios. **Revista Processando o Saber**, v. 10, p. 93-112, 1 out. 2018. Disponível em: <https://fatecpg.edu.br/revista/index.php/ps/article/view/45>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

Projetcolabora. Muito Além do Real: 117 moedas sociais circulam no país. Disponível em: <https://projetcolabora.com.br/ods1/muito-alem-do-real/>. Acesso em: 02 de dez. 2023.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Beuren, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

RIGO, Ariadne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, v.13,n.31, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25129>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **Economia Solidária e Finanças de Proximidade:** realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/177486>. Acesso em: 01 de dez. 2023.

SINGER, Paul Israel. Introdução à economia solidária. **(No Title)**, 2002.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v.20, n.5, 2007, p. 383-386.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.